



AS DIFERENTES FORMAS DE USO DAS PRAÇAS NOS ESPAÇOS DA CIDADE

Leila Castro da Silva (EEUF)¹
Neuza Zattar (UNEMAT)²

Resumo: Este trabalho se inscreve na linha teórica da Semântica do Acontecimento, desenvolvida no Brasil por Eduardo Guimarães, e tem como objetivo analisar a (re)significação do uso das praças na cidade de Cáceres-MT, a partir do ano de 2013. Historicamente as praças eram construídas para se constituir em patrimônio histórico e se notabilizavam como lugar de manifestações públicas. Na atualidade, as praças, além de espaço de lazer, encontros e realização de eventos culturais e políticos, estão sendo re-significadas pelas novas funções que lhes são atribuídas pela comunidade em que se encontram instaladas. Tomando as praças como laboratório de observação, propomos analisar as diferentes formas de uso desses espaços, buscando compreender como esses novos (re)funcionamentos se constituem. Selecionamos para este estudo duas praças, sendo uma localizada, no Bairro da “Cavallhada I” e outra no Residencial “Monte Verde”. Ao tomá-las como objeto de estudo, nos colocamos na perspectiva que considera a linguagem como um fenômeno histórico, e os sentidos são constituídos no acontecimento enunciativo, ou seja, a análise dos sentidos encontra-se nos estudos da enunciação. Desse modo, podemos dizer que, as transformações acontecem pela determinação histórico-social dos sujeitos que se inscrevem na enunciação das praças, significando novas funcionalidades. A linguagem, nessa perspectiva, nos possibilitou compreender como “praças” e “sujeitos” se significam nesse espaço simbólico, considerando que a cidade é tomada enquanto espaço que se constitui pelas práticas enunciativas e suas projeções imaginárias, pelas relações entre sujeitos e a historicidade dos sentidos. Sendo assim, ocorre um deslocamento de sentidos quanto à resignificação desses espaços pelas novas funcionalidades que lhes impõem.

Palavras-chave: Semântica do Acontecimento; Praças; Sentidos.

Abstract: This composition is on the theoretical branch of Semantics of Events, developed in Brazil by Eduardo Guimarães, and aims at analyzing the (re)signification of the use of squares in the city of Cáceres-MT, from the year of 2013. Historically squares were built for constituting a historical patrimony and were realized as a space of public manifestations. Nowadays, the squares, besides being a space of leisure, encounters and accomplishment of cultural and political events, are being re-signified by the new functions that are designed by the community where they are settled. Taking squares as observation labs, we propose to analyze the different forms of use of these spaces, seeking to understand how those new (re)functioning are constituted. For this study we have selected two squares, so that one of them is located in the Neighborhood *CavallhadaI*, and the other in the Residential *Monte Verde*. In taking them as study object, we look from the view which considers language as a historic phenomenon, and the senses are constituted at enunciative event, that is, the analysis of senses is on the enunciation studies. This way, we can say that, transformations happen by historic-cultural determination of the subjects who are inscribed in the enunciation of the squares, signifying new functionalities. Language, by that view, enabled us to understand how “squares” and “subjects” are signified in that symbolic space, considering that the city is taken as a space that is constituted by enunciative practices and their imaginary projections,

¹ Mestra em Linguística. Professora da Escola Estadual União e Força. Cáceres-MT/Brasil. leikasi@hotmail.com

² Professora Dr^a em Linguística do PPGL da UNEMAT/Cáceres-MT. Cáceres-MT/Brasil. neuza.zattar@gmail.com



by relations between subjects and the historicity of senses. Thus, a sense dislocation occurs regarding resignification of these spaces by new functionalities that are imputed.

Keywords: Semantics of Events; Squares; Senses.

1. Introdução

Historicamente as praças eram construídas para se constituírem em patrimônio histórico e se notabilizavam como lugar de manifestações festivas e políticas. Na Grécia, o espaço tido como precursor da praça foi a ágora. Era no espaço da ágora que o povo se encontrava, trocava opiniões, deliberava sobre os assuntos da vida política da população.

Sob o nome de Ágora, a praça pública grega representou o principal lugar de encontro dos cidadãos. Este conjunto urbano formava o centro político-social da cidade: o centro cívico, onde os cidadãos livres (excluindo as mulheres e os escravos) exerciam sua cidadania. (CALDEIRA, 1998, p. 17)

Ao longo dos tempos, o percurso das construções e usos das praças passa por várias transformações, a cada época surgem elementos que promovem tais mudanças. Através das palavras de Caldeira (idem, p. 21), é possível observarmos algumas delas.

Além das feiras, festas, procissões e representações teatrais, outra atividade de grande importância ocupou o espaço da praça: o julgamento e as execuções públicas. Para além de uma sociabilidade, a “praça pública”, era um lugar onde se demonstrava o poder das leis.³

No Brasil colonial, as cidades iniciavam as edificações partindo da igreja, devido à questão religiosa ser de forte influência para a população. Desse modo, as praças eram construídas ao entorno das igrejas, por ser “ali que a população da cidade colonial manifestava sua territorialidade, os fiéis demonstravam sua fé, os poderosos, seu poder, e os pobres, sua pobreza” (ROBBA e MACEDO, *apud* SOUSA, 2010, p. 8.)

No século XV, a praça era nomeada de *largo*. Nesse período, na cidade do Rio de Janeiro havia o *Largo do Carmo*, espaço que, em 1743, com a construção nova Casa dos governadores, tornou “o Largo do Carmo um verdadeiro centro de política, comércio e intercâmbio entre as nações (MICELI, 2001, p. 5).

Em seu livro *História de Cáceres*, Natalino Ferreira Mendes (2009) diz que a atual praça Major João Carlos era nomeada como *largo Major João Carlos*: “o aterro do trecho que vai do *largo Major João Carlos* ao portão do Cemitério (p. 66).

³Sobre julgamento e execução em praça pública ver Vigiar e Punir, de Michel Foucault, 2004.



Na atualidade, as praças, além de funcionarem como espaços de lazer, encontros e realização de eventos culturais e políticos, estão sendo (re)significadas pelas novas funções que lhes são atribuídas pela comunidade em que se encontram instaladas, e significam para a cidade espaços em que se contempla a diversidade social, com o surgimento de outras formas alternativas de usos das praças, como veremos no decorrer deste trabalho.

Segundo Robba (2013 *apud* HORTA 2011, p 160), as praças caracterizam-se por “criação de espaços multifuncionais e adaptáveis, que podem ser utilizados pela população das mais diversas formas”, e possuem categorias que as identificam como *praças históricas, secas e praças comunitárias* (HORTA, 2011). Neste trabalho abordaremos as três categorias, porém, nos ateremos à terceira.

Tomando as praças como laboratório de observação, propomos analisar as diferentes formas de uso desses espaços, buscando compreender como esses novos (re)funcionamentos se constituem. Selecionamos para este estudo duas praças, uma localizada no Bairro da Cavahada I, denominada *Praça da Cavahada*, e outra, no Residencial Monte Verde, conhecida popularmente como *Praça do Monte Verde*⁴, pela sua localização no centro do residencial, por apresentarem características de praças comunitárias.

Para esta reflexão, utilizamos como dispositivo de análise o Estatuto dos moradores do Bairro Monte Verde, o Regulamento dos moradores da Cavahada I, a Lei nº 875 A e o Código de Obras e Posturas Municipais contidos no Plano Diretor do Município de Cáceres, que organiza física e juridicamente os espaços públicos da cidade de Cáceres-MT.

Tomamos como suporte teórico a Semântica do Acontecimento (GUIMARÃES, 2002, 2005), disciplina que considera a linguagem como um fenômeno histórico, e os sentidos são constituídos no acontecimento enunciativo. Considerar que a linguagem funciona olhando para fora de si, num mundo simbolizado, é dizer que “a análise do sentido da linguagem deve localizar-se no estudo da enunciação, do acontecimento do dizer” (Idem, 2002, p. 07).

2. Praças históricas

Cáceres foi elevada a categoria de cidade em 1874, suas primeiras praças possuem a nomeação de pessoas ilustres do município ou país, tais como: *Barão do Rio Branco, Major*

⁴Não foi encontrado documentos oficiais com os nomes da praça.



João Carlos e Duque de Caxias, cujos nomes trazem o memorável dos discursos fundadores locais e nacionais.

Na *Praça Barão do Rio Branco*, além da Igreja Matriz construída entre 1919-1965, encontra-se o Marco do Jauru⁵, peça arquitetônica que representa os limites da fronteira entre Espanha e Portugal (Tratado de Madri 1750). A nomeação dessa praça rememora um dos diplomatas mais importantes da história do Brasil, também deputado provincial pelo estado de Mato Grosso, José Maria da Silva Paranhos Júnior, *Barão do Rio Branco*.

No centro da *Praça Major João Carlos*, foi instalada a escultura de Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, o fundador da cidade de Cáceres (1971). Nesse sentido, vale dizer que o espaço é político, enquanto espaço gerenciado pela relação de poder (ORLANDI, 2011), pois o nome Luiz de Albuquerque significa um lugar de memória, um sujeito-histórico e detentor do poder. A nomeação dessa praça traz o memorável do político João Carlos Pereira Leite, muito influente no município de Cáceres e região, e descendente da família que fundou a fazenda Jacobina, em 1748 uma das mais ricas fazendas da Província.

Ao lado da *Praça Duque de Caxias* está localizada a Escola Estadual “Esperidião Marques”, criada em 1915, que compõe o conjunto de imóveis tombados do Centro Histórico da cidade. No centro da praça destaca-se a imagem de bronze de Duque de Caxias, instalada em sua homenagem, por significar na história do país a figura do militar defensor do país.

De modo geral, as nomeações dessas praças se constituem pelo discurso histórico, rememorando importantes sujeitos na constituição do país e das cidades.

3. Praças secas

De acordo com Horta (2001), as praças secas se caracterizam por possuírem espaços vazios a serem preenchidos pela diversidade de sujeitos, pela multidão que circula livremente.

Na cidade de Cáceres destacamos como praça “seca” a *Praça de Eventos Sematur*, que localizada no centro da cidade, se constitui em um espaço para a realização de shows e eventos culturais, principalmente, o FIPE, Festival Internacional de Pesca. A *Praça de Eventos Sematur*, predicada pela abreviação da Secretaria Municipal de Turismo, inscreve-se no calendário festivo da cidade, e abriga multidões de pessoas de todas as idades. Durante os eventos, “acontecimentos e mídia se encontram nessa forma de significar o espaço” (HORTA, 2001, p. 163).

⁵ Assentado em 2 de fevereiro de 1883 (Mendes. 2009, p. 53).



Outra praça com característica de praça seca é a *Praça José de Anchieta*, localizada próxima ao Batalhão da Polícia Militar - Centro, que recebe também muitas pessoas durante as festas juninas promovidas pelo Batalhão da Polícia Militar e a Associação de Cabos e Soldados.

4. Praças comunitárias

Com a modernidade, surgem também as “praças comunitárias”, espaços que são ocupados por grupos sociais. Horta (2011) as define como uma categoria de *comunidades específicas* que vem ganhando corpo no espaço público das cidades por se constituírem como identidades comunitárias.

As praças denominadas *comunidades específicas* são espaços preenchidos e/ou frequentados por determinados grupos sociais, que podemos chamar de identidades comunitárias. As delimitações dos espaços das praças e do seu público frequentador são entendidas por Orlandi (2006, p. 166) como “comunidades segundas”, comunidades para além da “família, igreja, nação etc.”

Segundo a autora (2016, p. 23 em HORTA 2011, p. 166),

Daí a necessidade de, além da comunidade de fato (família, Igreja, empresa, nação etc), estabelecermos comunidades segundas (as que temos vontade de eleger, em que nossos desejos podem ser satisfeitos). É para elas que se dirige nosso imaginário. Essas comunidades segundas são grupos em que cada um pode desempenhar seu desejo de reconhecimento como o reconhecimento de seu desejo e de seu ser.

Escolhemos a *Praça do Monte Verde* e *Praça da Cavalhada I* para refletirmos sobre essa nova forma de uso do espaço das praças, por (re)significarem, além das suas funções primeiras.

4.1. Praça do Monte Verde

Na praça denominada popularmente de *Monte Verde*, acontece a *Feira de Amigos* criados pelos moradores do bairro com o objetivo de consolidar e ampliar os laços de amizade, bem como a comercialização de produtos que valorizem a gastronomia e a cultura



cacerense.⁶ Nesse espaço, em dias específicos (quinta-feira à noite), os participantes cadastrados fazem exposições, vendem produtos, na maioria, da gastronomia local, e fazem sorteio de prêmios em datas especiais.

Essas atividades são normatizadas pelo Estatuto dos Moradores, de acordo com o Código de Obras e Posturas Municipais, um dispositivo jurídico que define as atividades da feira, conforme os artigos:

Art. 169º - As feiras constituem locais de exposição e comercialização de produtos alimentícios, bebidas, artesanato livre e similares.

Art. 172º - As feiras deverão possuir um regimento que regularize seu funcionamento, especificando dia, horário, tempo e local de funcionamento.

Vejamos as competências dos integrantes da Feira conforme o artigo 4º do Estatuto dos Moradores.

Artigo 4º - É também da competência do expositor:

- a) Estreitar e ampliar laços de amizade, entre os moradores do bairro Monte Verde e outros bairros;
- b) Mobilizar os moradores do bairro Monte Verde, para colaborar com sua conservação;
- c) Contribuir com a revitalização da nossa Praça;
- d) Promover a educação ambiental, incentivando o uso de materiais e sucata (pneus); retirando do meio ambiente, reaproveitando-os;
- e) Estimular o aprimoramento humano, social e profissional dos expositores;
- f) Buscar parcerias com o poder público, empresas privadas, clubes de serviços, ONGs.
- g) Comercializar produtos que contemplem nossa cultura cacerense.

Observa-se nessa organização a presença do que entendemos por *comunidades específicas*, isto é, um grupo social representado pelos moradores do bairro Monte Verde, que se constituem simbolicamente em grupos homogêneos, isto é, com os mesmos desejos e objetivos.

O enunciado *Estreitar e ampliar laços de amizade, entre os moradores do bairro Monte Verde e outros bairros* traz o imaginário de constituição de identidades comunitárias. O desejo de estreitar os laços de amizade transborda, vai além do próprio bairro, como forma

⁶Segundo rege o Estatuto- Julho/2013.



de estabelecer inter-relação com outras comunidades, desse modo, o dizer do Estatuto se abre para outras interpretações.

Ao mesmo tempo em que esse grupo busca transformar as praças em espaços homogêneos, faz parte de um novo gesto de significação, pois também se constitui como parte de uma diversidade social, visto que resulta em um processo de identificação de formações sociais.

Chamam a atenção, no referido artigo do Estatuto, os itens **b**, **c** e **d**, por trazerem a preocupação dos moradores/participantes em relação à conservação do meio ambiente. Percebe-se que há uma nova concepção dos moradores sobre o espaço *praça*, ou seja, o que seria dever do poder público- prefeitura - passa a ser também responsabilidade dos expositores, produzindo um deslocamento de sentidos.

Na linguagem desses textos, há um sentido metaforizado, pois, esse espaço funciona como uma extensão das casas dos moradores e que, portanto, merece cuidado, zelo. Observa-se, ainda nos itens **b**, **c** e **d**, o discurso ecológico que define regras para que o morador participe dessa nova funcionalidade da praça: o comprometimento com a conservação da praça (item b); a revitalização da praça (item c); e a promoção da educação ambiental (item d).

4.2. Praça da Cavahada

Popularmente atribuiu-se a esse espaço público urbano o nome de *Praça da Cavahada*, que anterior ao ano de 1981 era nomeada como *Praça Benjamin Constant*, conforme a Lei nº 875-A, de 4 de dezembro, que diz:

Artigo 1º - Que volte a ser denominada “Praça da Cavahada, a atual Praça Benjamim Constant.

Ou seja, a Praça por esse documento retoma o antigo nome que se mantém nos dias atuais.

Essa praça possui características de praça histórica, por ter sido no passado espaço de realização das festividades da *Cavahada*,⁷ importante festa que rememora um dos

⁷A *Cavahada* chegou a Mato Grosso no ano de 1769, em comemoração à vinda de Luíz Pinto de Souza Coutinho, Capitão-General e 3º. Governador da Capital de Mato Grosso. Trata-se de uma peça medieval, encenada ao ar livre, com milhares de observadores (as) e torcedores (as). É encenada em sucessivas lutas



acontecimentos históricos da Literatura Universal, a Guerra de Tróia e as Cruzadas. Diferentemente da *Praça Monte Verde*, a *Praça da Cavallhada* possui apenas um coreto que rememora as imagens dos espaços centrais de praças públicas para finalidades de apresentação de bandas e concertos musicais.

Atualmente, acontece nesse espaço a *Feira Cultural e Gastronômica*, que traz o memorável da *Feira dos Amigos da Praça do Monte Verde*, como o objetivo de revitalizar o espaço público.

A *Feira Cultural e Gastronômica* possui um regulamento constituído de um coordenador, equipe de coordenação e regras para exposição de produtos e comercialização. A feira acontece todas as terças-feiras à noite, e nesses dias, ocorrem apresentações culturais diferenciadas. Os produtos comercializados são variados, porém, o que os visitantes mais procuram são os produtos alimentícios, apesar de o espaço também ser ocupado por artesanato livre local, peças de teatro, dança etc.

Essa forma de identificação comunitária é reconhecida como um “modo de organização das formações sociais” (HORTA, 2011, p. 167), que se efetiva no que estamos chamando de *(re)funcionamento* dos modos de usos das praças, pelo deslocamento de sentidos de sua função primeira, específica de lazer, para a *(re)funcionalidade* como espaço comercial, espaço revitalizado, e ao mesmo tempo espaço fortalecedor de laços de amizade.

Na perspectiva que tomamos a língua como um fenômeno histórico, observamos nos textos do Estatuto dos Moradores e no Regulamento, que o espaço dessas *praças*, nos dias atuais, ocupa funções diferentes das suas funções primeiras – espaços de atividades cívicas, de lazer, recreação e as chamadas reuniões públicas, mas como espaços ressignificados pela comunidade que frequenta. É importante ressaltar que algo só significa se antes significar. Isso é possível devido o surgimento de outras formas de organização social, que na contemporaneidade faz significar.

É interessante observar como essas organizações são nomeadas, *A Feira Amigos Monte Verde e Feira Cultural e Gastronômica da Praça da Cavallhada* não classificam as praças, mas as identificam pelos grupos sociais e pelas finalidades que as constituem, enquanto sujeitos histórico-sociais numa relação entre o espaço público das praças e o espaço privado enquanto uso pelos moradores desses bairros.

articuladas por jogos, com carreiras hípcas, entre cavaleiros mouros e cristãos que lutam após o rapto da rainha moura. (SILVA, Ilsa Helena Gomes Procopio. Dissertação de Mestrado. 2007, p. 58).



Horta, ao comentar em seu texto "Praças públicas na contemporaneidade: história, multidão e identidade", (2011, p. 166), nos diz que

A concentração de sujeitos urbanos coloca a questão da quantidade, que nos projetos de praça tem sido metaforizada como "multidão" e pelo "vazio". Ao mesmo tempo, a fragmentação da sociedade é uma das marcas da contemporaneidade e leva à produção de identidades em grupos, instituições, empresas, comunidades com suas simbologias. Há também a busca de uma unidade por meio de uma origem histórica comum, de complementaridade, de contradição, etc. (Idem).

Podem ainda ser classificadas como *praças comunitárias* as praças nas quais foram instalados equipamentos de ginástica através de projetos direcionados especificamente para um determinado público, *os idosos*, no entanto, toda a comunidade do bairro pode frequentar. Em Cáceres encontramos várias praças que já possuem esses equipamentos, como a *Praça José de Anchieta* no centro da cidade e a *Praça Arica*, no bairro Cohab Nova.

Esses equipamentos foram instalados pelo Rotary Clube, e a parte recreativa com os idosos ficou sob a responsabilidade da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde, cujo projeto visa à melhoria da qualidade de vida das pessoas e incentivo da prática de exercícios físicos.

A praça ressignifica pela instalação dos equipamentos, pelo projeto e pelo segmento social específico dos idosos. Nesse movimento, pode-se dizer que os sentidos do uso das praças migram, tornando-se outros. Desse modo, é interessante destacar que a praça, enquanto espaço público urbano existe há milênios, e continua exercendo a função de integração e sociabilidade entre sujeitos,

5. Considerações Finais

Em relação à classificação das praças analisadas, podemos dizer que ocorre um deslocamento de sentidos quanto à ressignificação desses espaços pelas novas funcionalidades que lhes impõem, determinadas pelo aspecto histórico-social e os sujeitos que as frequentam.

Esses espaços que à primeira vista são criados para determinadas funções, ao longo dos tempos passam a significar diferentemente. Essas transformações acontecem pela determinação histórico-social dos sujeitos que se inscrevem na enunciação das praças, significando novas funcionalidades.



Nesse sentido, as mudanças a cada época fazem com que as funções primeiras das praças sejam de certo modo expandidas e/ou (re)significadas. O espaço de lazer, de realização de eventos culturais ou espaço de preservação de patrimônio histórico, é resignificado, e também assume outras funcionalidades, como lugar de comércio, que rememora outro espaço, porém privado, como o das praças de alimentação nos shoppings dos grandes centros urbanos do país.

Desse modo, espaços e sujeitos se significam e resignificam, carregados de historicidade e significação. Guimarães (2002, p. 66) diz que “a significação é histórica, não no sentido temporal, historiográfico, mas no sentido de que a significação é determinada pelas condições sociais de sua existência”.

Com este estudo, constatamos que o Estatuto e o Regulamento das praças Monte Verde e Cavallhada I trazem o memorável do Código de Obras e Posturas Municipais, e produzem o interpretável/futuridade, possibilitando o surgimento de novas enunciações.

6. Referências

CALDEIRA, Júnia Marques. **Praça: território de sociabilidade** – uma leitura sobre o processo de restauração da Praça da Liberdade em Belo Horizonte. Campinas. SP. 1998. Dissertação de Mestrado.

http://www.observatoriodadiversidade.org.br/oficinadememoria2014/wp-content/uploads/2014/01/CaldeiraJuniaMarques_M.pdf Acesso em: 25/09/2014.

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica do Acontecimento**: um estudo enunciativo da designação. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.

_____. Domínio semântico de determinação. In: GUIMARÃES, Eduardo e MOLLICA, M.C. (Orgs.). **A palavra**: forma e sentido. Campinas, SP: Pontes, 2007, p.77- 96.

_____. **Os limites do sentido**: um estudo histórico e enunciativo da linguagem. Campinas, SP: Pontes, 1995.

HORTA, N. J. Praças públicas na contemporaneidade: história, multidão e identidade. In: **Cadernos de Estudos Linguísticos**. 53(2). Campinas-SP, 2011.

MICELEI, Santos Bruna. O desenvolvimento do espaço urbano do Rio de Janeiro: principais observações a partir do Paço da Cidade. **1º Simpósio Brasileiro de Cartografia**. 2011.



https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/MICELI_BRUNA_S.pdf Acesso em: 17/09/2014

MENDES, Natalino Ferreira. **História de Cáceres**. 2. ed. Cáceres, MT. Editora: Unemat, 2009.

ORLANDI, Eni Pucinelli. Os sentidos de uma estátua: Fernão Dias, individuação e identidade pousoalegrense. In: **Discurso, espaço, memória – caminhos da identidade no sul de Minas**. Campinas, Editora RG, 2011.

SILVA, Ilsa Helena Gomes Procopio. **Educação, cultura e tradição: tessituras de uma comunidade tradicional no Pantanal de Poconé, Mato Grosso – um estudo de caso**. Cuiabá: UFMT/Instituto de Educação. Dissertação de Mestrado, 2007..

SOUSA Rafael Oliveira de. **A praça como lugar da diversidade cultural**. IV Fórum de Educação e Diversidade. Diferentes (des) iguais e desconectados. http://need.unemat.br/4_forum/artigos.html Acesso em 14/09/2014.

ZATTAR. S. Neuza. **Calçadas: espaços públicos ou privados?** In: Línguas e Instrumentos Linguísticos. Campinas, Editora RG, 2009.

ANEXOS

1- Praça Monte Verde – Bairro Monte Verde. (2014)



2- Praça da Cavalhada – Bairro Cavalhada I. (2014)



3 - Praça Arica – Bairro Cohab Nova. (2014).

